

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Data de aceite: 02/06/2023

Ana Caroline dos Santos Oliveira

Pedagoga. Especialista em Transtorno do Espectro Autista: Intervenções Multidisciplinares em Contextos Intersetoriais. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGCEM), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA. Marabá - Pará.
<https://orcid.org/0000-0002-7675-1156>

Daniela Soares Leite

Professora Doutora. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Universidade do Estado do Pará – UEPA (Campus VIII). Marabá - Pará
<https://orcid.org/0000-0002-3412-1375>

RESUMO: No Brasil, a partir dos anos 90 os direitos sociais e educacionais de pessoas com deficiência passaram a exercer grande relevância nos debates nacionais e internacionais, tendo na Educação Superior se ampliado e difundido enquanto um espaço de pluralidade, diversidade e respeito aos diferentes modos de ser, estar e viver no mundo. Objetiva-se com este estudo, analisar como as políticas e programas de ações afirmativas incentivam

e promovem o acesso e a permanência de alunos com Transtorno do Espectro Autista na Educação Superior. Os procedimentos metodológicos adotados foram de caráter qualitativo, sob uma pesquisa do tipo bibliográfica pautada no método de Revisão Integrativa da Literatura. A análise de dados desenvolve-se de forma descritiva considerando categorias específicas pertinentes ao objetivo deste estudo. As buscas foram realizadas no período de 2015 a 2021 em cinco bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), ao todo foram recuperados 8 artigos, 4 dissertações e 2 teses as quais atenderam os critérios de inclusão e exclusão da pesquisa. A partir da leitura dos estudos, identificaram-se práticas institucionais desenvolvidas pelos núcleos de acessibilidade das universidades, assim como barreiras e possíveis estratégias facilitadoras para o desenvolvimento de práticas inclusivas nas instituições. Conclui-se, portanto, a necessidade de haver articulações entre os

órgãos das universidades, contemplando os núcleos de acessibilidade e os demais setores da Educação Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo, Núcleos de Acessibilidade, Inclusão, Ensino Superior.

INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN HIGHER EDUCATION: AN INTEGRATIVE REVIEW

ABSTRACT: In Brazil, from the 1990s onwards, the social and educational rights of people with disabilities began to exercise great relevance in national and international debates, with Higher Education being expanded and disseminated as a space of plurality, diversity and respect for different ways of being. , being and living in the world. The objective of this study is to analyze how affirmative action policies and programs encourage and promote the access and permanence of students with Autism Spectrum Disorder in Higher Education. The methodological procedures adopted were of a qualitative nature, based on a bibliographic research based on the Integrative Literature Review method. Data analysis is carried out in a descriptive way, considering specific categories relevant to the objective of this study. The searches were carried out from 2015 to 2021 in five databases: Virtual Health Library (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periodicals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), Catalog of Theses and Dissertations – CAPES and Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), in all, 8 articles, 4 dissertations and 2 theses were retrieved, which met the inclusion and exclusion criteria of the research. From the reading of the studies, institutional practices developed by the accessibility centers of universities were identified, as well as barriers and possible facilitating strategies for the development of inclusive practices in institutions. It is concluded, therefore, the need for articulations between the bodies of the universities, contemplating the accessibility nuclei and the other sectors of Higher Education.

KEYWORDS: Autism, Accessibility Centers, Inclusion, Higher Education.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo de inclusão se fortaleceu após desdobramentos de políticas públicas de acesso, tendo o seu prelúdio na década de 1990, com a intenção de incentivar a participação de pessoas com deficiência no âmbito da educação básica, caracterizando primeiramente uma proposta de integração e, por conseguinte, em um viés de inclusão. No caso da Educação Superior, os desdobramentos advindos das declarações internacionais foram essenciais e decisivos para a implementação de políticas públicas de acesso, para o público de pessoas com deficiência na Educação Superior.

Amparando-se em algumas legislações, a inclusão está estritamente ligada a processos que envolvem a acessibilidade. Nesta pesquisa, considera-se acessibilidade enquanto ações que se fundamentam na eliminação das barreiras, proporcionando condições para o exercício do direito à participação, sem obstáculos ou qualquer tipo de restrições de acesso em qualquer âmbito (SASSAKI, 2009).

As ações governamentais atuam no sentido de aumentar o acesso de pessoas com deficiência no ensino público, nesse sentido, houve a implementação do Programa INCLUIR do Governo Federal em 2005, destinado à Educação Superior, comprometia-se a desenvolver a política de acessibilidade às pessoas com deficiência. O programa viabilizou apoio financeiro para a criação e fortalecimento de núcleos de acessibilidade em Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior (BRASIL, 2013).

Dentre as ações de acessibilidade referentes ao Programa INCLUIR, as quais foram executadas em chamadas públicas entre 2005 e 2011 conta-se: a) Adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento na instituição; b) Adequação de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão e colocação de sinalização tátil e visual; c) Aquisição de mobiliário acessível, cadeira de rodas e demais recursos de tecnologia assistiva; d) Formação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e para o uso dos recursos de tecnologia assistiva, da Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros códigos e linguagens (BRASIL, 2013).

Universidades Públicas do Brasil também passaram a adotar o sistema de cotas para a democratização do ingresso na ES no início dos anos 2000. Dentre o público-alvo desta política, há pessoas com deficiência, afrodescendentes, indígenas, estudantes que vieram da rede pública de ensino e jovens de baixa renda. Aos estudantes público-alvo da Educação Especial a reserva de vagas normalmente é de 5% do quantitativo de vagas (LARA; SEBASTIAN-HEREDERO, 2020).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (BRASIL, 2008), contemplam aspectos transversais da Educação Especial e orienta suas ações na Educação Superior. No que se refere ao acesso, a permanência e a plena participação dos estudantes, estes devem ser garantidos pelas IES, a partir de sua organização em serviços e disponibilização de recursos que garantam a participação no âmbito acadêmico, rompendo barreiras arquitetônicas, comunicacionais, de informação, tecnológica e atitudinais (KASSAR, 2013). A PNEEPEI contempla como parte do público-alvo da Educação Especial o Transtorno Global do Desenvolvimento¹, caracterizado por alterações qualitativas das interações sociais e na comunicação, com repertório dos interesses e atividades restritivas, podendo ser estereotipadas e repetitivas.

Em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.764, a qual institui a Política Nacional das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando todos os indivíduos com deficiência persistente e clinicamente significativa na comunicação e da interação social, marcadas pela deficiência de comunicação verbal e não verbal usada para meios de interação social com base no seu nível de desenvolvimento, podendo exercer padrões de comportamentos sensoriais restritivos e repetitivos de interesses e atividades (BRASIL, 2012).

¹ Nomenclatura utilizada anteriormente a qual o autismo fazia parte.

Após a publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) o autismo passou a ser considerado TEA, nomenclatura que define os indivíduos com transtorno do neurodesenvolvimento (APA, 2013).

Em um estudo realizado por Camaliente, Kondo e Rocha (2021), buscou-se analisar o processo de formação do universitário com TEA, proferindo ênfase em seu acesso, ingresso e permanência na Educação Superior, especificamente em instituições brasileiras. Sendo uma revisão integrativa da literatura, os achados dos autores evidenciam a escassez de estudos a respeito da inclusão do estudante universitário com TEA, evidenciando um número restrito de evidências científicas nacionais projetadas aos estudantes universitários com autismo no Brasil. Este fato pode ser caracterizado pelo recente acesso deste público na universidade, bem como a sua inclusão.

O estudo de Anderson e Butt (2017) evidencia questões ligadas aos sucessos e obstáculos vivenciados por jovens adultos com TEA, dentre os aspectos mencionados na pesquisa, há questões que circundam os principais obstáculos, sendo estes: 1) de ordem socioemocional: ansiedade, socialização, depressão, execução de atividades do seu cotidiano; 2) de ordem acadêmica: dificuldade com habilidades sociais; problemas na comunicação quanto a compreensão de conceitos abstratos e ambíguos; inabilidade com o novo ambiente de ensino.

De forma geral, há uma base de pesquisas emergentes no Brasil as quais contemplam investigar a presença e a inclusão de estudantes com TEA na Educação Superior, visando compreender e atender aspectos que se relacionam às suas necessidades enquanto pessoas com direitos e necessidades individuais. Elucida-se ainda, a necessidade de haver debate público dos diferentes setores governamentais e institucionais para que as ações sejam de fato implementadas conforme as necessidades apontadas pelo público de estudantes com deficiência, contemplando a articulação para a organização e efetivação de ações inclusivas na Educação Superior. (DONATI; CAPELLINI, 2018; OLIVATI; LEITE, 2019; FISCHER, 2019; SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020).

Cumprir destacar que alguns programas como: INCLUIR, REUNI, SISU, PROUNI e FIES destacam-se enquanto políticas afirmativas de acesso à Educação Superior, seguindo a normatização do Governo Federal para a adesão pelas IES. Com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015) destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadã. Neste sentido, esta pesquisa tem o intuito de responder à seguinte questão: como as políticas e programas de ações afirmativas incentivam e promovem o acesso e a permanência de alunos com Transtorno do Espectro Autista na Educação Superior?

Assim, objetivou-se analisar como as políticas e programas de ações afirmativas incentivam e promovem o acesso e a permanência de alunos com Transtorno do Espectro

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

No que concerne à metodologia do presente estudo, este fundamenta-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, que segundo Flick (2009, p. 20) “[...] é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas sociais”. Pautada nos princípios metodológicos da pesquisa bibliográfica a qual caracteriza-se como um importante método e de acordo com Gil (2002, p. 44), “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Optou-se por realizar uma revisão integrativa da literatura, por acreditar que esta será capaz de amparar o escopo pretendido neste estudo. Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 133), elucidam que o método de Revisão Integrativa (RI) pode ser “incorporado às pesquisas realizadas em outras áreas do saber, além das áreas da saúde e da educação”, sendo este procedimento de pesquisa escolhido quando se pretende realizar uma síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema de investigação.

A Revisão Integrativa consiste em desenvolver uma análise ampla da literatura, contribuindo para as reflexões sobre a realização de futuros trabalhos, tendo como propósito, obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores (MENDES; SILVEIRA, 2008).

Mendes e Silveira (2008) elucidam em seus escritos que para a construção de uma revisão integrativa é necessário seguir seis etapas distintas, as quais são apresentadas a seguir:

ETAPAS
1º etapa: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa;
2º etapa: estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de estudos na literatura;
3º etapa: definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados;
4º etapa: avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa
5º etapa: interpretação dos resultados
6º etapa: apresentação da revisão integrativa

Quadro 1- Etapas da revisão integrativa.

Fonte: elaboração própria.

A pesquisa se constituiu a partir de artigos científicos, dissertações e teses indexados em: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de

Teses e Dissertações (BDTD). Para sistematizar a busca, foram utilizados, nas cinco bases de dados, 10 (dez) Descritores categorizados com base no objeto de pesquisa, estes foram intercalados com o operador booleano *AND*.

Os descritores foram: “autismo”; “TEA”; “Ensino Superior”; “Universidade”; “Inclusão no ensino superior”; “Educação Superior”; “Inclusão no ensino superior”; “Transtorno do Espectro Autista”; “Programas de ações afirmativas para inclusão no ensino superior” e; “transtorno autístico”. Com o intuito de aumentar a possibilidade de mapear um maior quantitativo de artigos, teses e dissertações, criaram-se quatro combinações de descritores (C1, C2, C3 e C4), conforme listados a seguir.

COMBINAÇÕES DOS DESCRITORES

C1: TEA; ensino superior e educação superior.

C2: autismo; universidade; ensino superior; inclusão no ensino superior e educação superior.

C3: Transtorno do Espectro Autista e Programas de ações afirmativas para inclusão no ensino superior.

C4: transtorno autístico e universidade.

Após a identificação dos estudos que compuseram o *corpus* da pesquisa, estes foram analisados de forma descritiva considerando categorias específicas pertinentes ao objetivo deste estudo, entre as quais destacam-se: principais resultados do estudo; procedimentos metodológicos utilizados nos estudos; número de estudantes com TEA participantes do estudo; barreiras e facilitadores na inclusão de estudantes com TEA na Educação Superior; programas e/ou ações afirmativas que contribuíram para o processo de inclusão dos estudantes com TEA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O mapeamento bibliográfico foi iniciado em novembro de 2021. No processo, foram utilizadas as quatro combinações de descritores nas 5 (cinco) bases de dados, totalizando 2.905 publicações, das quais 34,52% estão indexadas na BDTD, 15,18% no Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES, 38,03% no Periódicos da CAPES, 7,46% na SciELO e 4,81% na BVS, conforme o Quadro 2.

Descritores	BDTD	CAPES (teses e dissertações)	Periódicos CAPES	SciELO	BVS
C1	64	125	299	93	29
C2	313	244	675	178	100
C3	313	72	7	0	0
C4	313	0	124	0	10
Total*	1.003	441	1.105	217	139

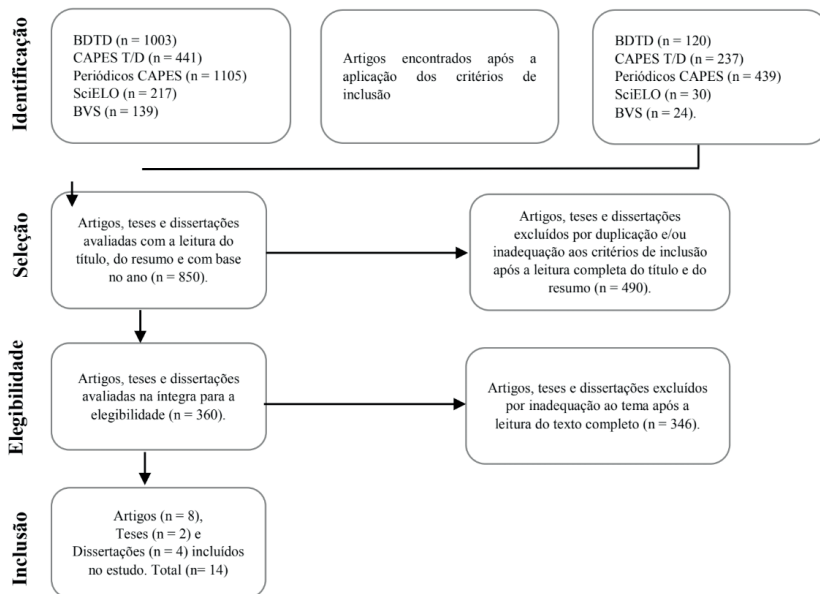
*Total de artigos encontrados com as combinações de descritores.

Quadro 2 - Resultados da busca de artigos, teses e dissertações.

Fonte: elaboração própria.

Após essa etapa de buscas, os artigos, teses e dissertações foram submetidos à triagem na própria plataforma de busca. Dessa maneira, consideram-se como critérios de inclusão artigos, teses e dissertações que abordassem a inclusão no Ensino Superior, serem direcionados a estudantes universitários com TEA; contemplar estudos em Instituições de Ensino Superior Brasileiras; estarem escrito em Língua Portuguesa, contemplar políticas e/ou programas de ações afirmativas para a inclusão universitária e, estar dentro do recorte temporal de 7 (sete) anos (2015-2021), além de atenderem ao objetivo do estudo.

No processo de identificar se os artigos respondiam aos objetivos propostos neste estudo, realizou-se a leitura do título, do resumo e, posteriormente, do texto completo. A leitura das teses e dissertações ocorreram de forma similar, no entanto, focamos em aspectos específicos dessas produções, como: Metodologia, Resultados e Considerações finais. Esta decisão se deu pelo propósito de direcionar o olhar aos aspectos que constituem o cerne das pesquisas em análise.



Fluxograma 1 - Síntese do processo de mapeamento do corpus do trabalho.

Fonte: elaboração própria com base nos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (Prisma) (GALVÃO; PANSANI; HARRAD, 2015).

O *corpus* final de análise dos artigos que compõem esta Revisão Integrativa, seguindo os critérios já reportados, encontra-se caracterizado no Quadro 3:

Nº	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	ANO PUBLICAÇÃO/ DOI	OBJETIVO	PERIÓDICO
1	Trajetória acadêmica de um pós-graduando com transtorno do espectro autista	Ana Gabriela Olivati ; Lúcia Pereira Leite	2017 DOI 10.4025/ psicoestud. v22i4.37665	Retratar a trajetória acadêmica e a percepção do suporte social de um estudante de pós-graduação diagnosticado com transtorno do espectro autista - TEA.	Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)
2	Processo de inclusão do adulto com síndrome de Asperger no Ensino Superior	Angélica Costa ; Angela Helena Marin	2017 DOI 10.17058/ barbaroi.v0i49.6355	Compreender o processo de inclusão de adultos com Síndrome de Asperger (SA) em uma instituição de ensino superior (IES) a partir da perspectiva do aluno e sua família, bem como dos professores, assistente social e psicóloga da IES.	Periódicos (CAPES)
3	Consultoria colaborativa no ensino superior, tendo por foco um estudante com transtorno do espectro autista	Grace Cristina Ferreira Donati ; Vera Lúcia Messias Fialho Capellini	2018 DOI 10.21723/ riaee.v13.nesp2. set2018.11655	Descrever os procedimentos de uma consultoria colaborativa realizada por um profissional especialista, em parceria com gestores universitários, docentes de um curso superior de Matemática, tendo por foco um estudante com Transtorno do Espectro Autista.	Periódicos (CAPES)

4	Experiências acadêmicas de estudantes universitários com Transtornos do espectro autista: uma análise interpretativa dos Relatos	Ana Gabriela Olivati ; Lúcia Pereira Leite	2019 DOI 10.1590/s1413-65382519000400012	Descrever a experiência acadêmica de seis estudantes, com esse diagnóstico, regularmente matriculados em uma universidade pública no estado de São Paulo.	<i>Scientific Eletronic Library Online</i> (SciELO)
5	Tem um estudante autista na minha turma! E agora? O diário reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão	Marta Luciane Fischer	2019 DOI 10.1590/s1413-65382519000400001	Avaliar, por meio da análise sistemática do conteúdo, três práticas registradas conforme premissas e argumentos práticos no ensino com e sem estudantes autistas.	<i>Scientific Eletronic Library Online</i> (SciELO)
6	Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP	Solange Cristina da Silva ; Daniela Ribeiro Schneider ; Erikson Kaszubowski ; Adriano Henrique Nuernberg	2020 DOI 10.1590/2175-35392020217618	Mapear o perfil socioacadêmico dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados no Ensino Superior em 2016	<i>Scientific Eletronic Library Online</i> (SciELO)
7	Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas	Patrícia Tusset da Silveira ; Lais Oliva Donida ; Ana Paula Santana	2020 DOI 10.1590/S1414-40772020000300008	Analisar as condições de acesso e permanência de pessoas com TEA na Universidade, a partir das queixas linguísticas apresentadas por estes estudantes.	<i>Scientific Eletronic Library Online</i> (SciELO)
8	Desafio da inclusão: a invisibilidade das pessoas com transtorno do espectro autista no ensino superior	Claudia Paola Carrasco Aguilar ; Patrícia Forte Rauli	2020 DOI 10.5902/1984686X44082	Identificar, do ponto de vista do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o processo de adaptação à universidade, as dificuldades enfrentadas, as estratégias utilizadas e os recursos oferecidos pelas universidades.	Periódicos (CAPES)

Quadro 3 - Síntese do *corpus* final dos artigos selecionados para análise.

(continua)

Fonte: elaboração própria.

O *corpus* final de análise de Dissertações e Teses que compõem esta Revisão Integrativa, seguindo os critérios já reportados, encontra-se caracterizado no Quadro 4:

Nº	TÍTULO	AUTORES	ANO PUBLICAÇÃO/ TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	BANCO DE DADOS
9	A trajetória de inclusão de um estudante com autismo, da educação básica à educação superior: desafios e possibilidades	Dulcimar Lopes Carvalho	2017 Dissertação	Abordar a trajetória de inclusão de pessoas com autismo no ensino regular, especialmente de um estudante com autismo, da educação básica até o acesso à educação superior, com seus desafios e possibilidades.	Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
10	Percepção do suporte social e trajetória acadêmica de estudantes com transtornos do espectro do autismo em uma universidade pública	Ana Gabriela Olivati	2017 Dissertação	Descrever a forma com que estudantes com Transtornos do Espectro Autista percebem sua trajetória acadêmica, no contexto universitário.	Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
12	Inclusão de discentes com transtorno do espectro autista na universidade federal do maranhão – campus dom delgado	Letícia Helena do Vale Façanha	2020 Dissertação	Conhecer e descrever, por meio da percepção dos participantes, como ocorre a inclusão de discentes com TEA, na Universidade Federal do Maranhão/Campus Dom Delgado, ressaltando desafios e sugestões que possam ser significativas para o desenvolvimento de pessoas com esse transtorno.	Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
13	Acessibilidade para estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior	Solange Cristina da Silva	2020 Tese	Analisar as condições de acessibilidade do estudante com TEA no Ensino Superior Brasileiro a partir de uma análise sociodemográfica e da percepção de estudantes com TEA, professores e gestores (núcleo de acessibilidade ou setor similar).	Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
14	O estudante com transtorno do espectro autista nas universidades brasileiras	Vanessa Caroline da Silva	2020 Tese	Analisar a trajetória de acesso e permanência dos estudantes com TEA matriculados em universidades federais nos cursos de graduação.	Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES

Quadro 4 - Síntese do *corpus* final de Dissertações e Teses selecionadas para análise.

(continua)

Fonte: elaboração própria

Em virtude da busca sistemática por publicações de artigos, dissertações e teses que englobasse a respeito da inclusão de estudantes com TEA, ao nível superior de ensino, contemplando programas e ações afirmativas que se constituíssem como facilitadores no processo, foi possível identificar 8 (oito) artigos, 4 (quatro) dissertações e 2 (duas) teses que atendiam aos critérios de elegibilidades do estudo. Em virtude da quantidade de

trabalhos localizados, constata-se que há uma escassez de estudos a respeito do processo de inclusão desses acadêmicos no Brasil, mesmo em face de programas, leis e ações afirmativas que culminem no crescente acesso e permanência de estudantes com TEA na Educação Superior. Os artigos resgatados apresentam-se com desenvolvimento de pesquisas recentes. No âmbito dos artigos há 2 (dois) estudos do ano de 2017, 1 (um) de 2018, 2 (dois) estudos de 2019 e 3 (três) estudos de 2020. Quanto às dissertações e teses 2 (duas) produções acadêmicas são do ano de 2017 e 4 (quatro) do ano de 2020.

Ao que permeia o quantitativo de participantes dos referidos estudos, 7 (sete) pesquisas das 8 (oito) selecionadas, especificaram o número de participantes que fizeram parte do estudo. Totalizando o quantitativo dos participantes descritos nos estudos, estes envolveram: 5 cuidadores de estudantes com TEA, 1277 universitários com TEA, 142 universitários neurotípicos, 19 profissionais especialistas, 25 docentes universitários, e 1 grupo de docentes e gestores não quantificados, assim como o número não identificado de fonoaudiólogos que acompanharam estudantes com TEA. A pesquisa de Donatti e Capellini (2018) definiu em seu escrito que os participantes da pesquisa eram um grupo de 1 aluno com TEA, seus pais, gestores e professores, sem quantificá-los.

Um estudo que se mostrou expressivo quanto ao número de estudantes universitários com TEA, destaca-se o estudo de Silva et al (2020) com 1217 discentes, a pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de dados e microdados obtidos pelo Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2016; 14 estudantes tiveram sua experiência acadêmica descrita na Tese de Silva V. (2020); 10 estudantes são contemplados no estudo de Silva S. (2020); 7 discentes universitários fizeram parte da pesquisa de Aguilar e Rauli (2020); 6 estudantes participaram da dissertação de Olivati (2017), assim como do estudo de Olivati e Leite (2019); 5 discentes fizeram parte da pesquisa de mestrado de Bandeira (2020); Façanha (2020) contou com a participação de 3 estudantes; 2 discentes foram contemplados nos estudos de Fischer (2019), assim como na pesquisa de Costa e Marin (2017); na pesquisa de Silveira, Donida e Santana (2020), 2 estudantes tiveram avaliações fonoaudiológicas; 1 estudante de pós-graduação participou da pesquisa de Olivati e Leite (2017) e 1 estudante é alvo de um trabalho de consultoria colaborativa (DONATI; CAPELLINI, 2018).

Quanto às localidades em que foram efetuados os estudos, os artigos concentram-se nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, as dissertações foram realizadas no Sul e no Nordeste do país, as Teses desdobraram suas pesquisas em regiões diferentes do país, como no Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil.

No que se refere aos procedimentos metodológicos dos artigos selecionados, 7 se caracterizaram como qualitativos e 1 como quantitativo. A respeito dos estudos qualitativos Olivati e Leite (2017) realizaram em seu estudo entrevista pessoal e aplicação da Escala de Percepção do Suporte Social – EPSS adaptada ao contexto universitário; Costa e Marin (2017) realizaram um estudo de caráter exploratório e transversal, com delineamento de

estudos de casos múltiplos com o intuito de compreender o processo de inclusão de adultos com TEA em instituições de ensino superior (IES); Donati e Capellini (2018) realizaram um relato de caso envolvendo a consultoria colaborativa com gestores universitários e docentes de um curso superior de Matemática; Fischer (2019) realizou uma análise sistemática de três práticas pedagógicas registradas em diário reflexivo de um docente universitário sem formação em Educação Especial; os trabalhos de Olivati e Leite (2019) e de Silveira, Donida e Santana (2020) empregaram entrevistas com o propósito de identificar tópicos relacionados ao ingresso na graduação, permanência, acessibilidade, relacionamentos e sugestões de melhorias no contexto universitário dos discentes com TEA. Frente à pesquisa de caráter quantitativo, Silva et al (2020) realizaram uma pesquisa exploratório-descritivo, resgatando dados a respeito do processo de inclusão dos estudantes universitários com TEA no *site* do INEP, referentes ao ano de 2016.

Quanto aos procedimentos metodológicos das dissertações selecionadas, 3 se caracterizaram como qualitativos e 1 como pesquisa Quali-Quant. Carvalho (2017) adotou o Estudo de Caso tendo como base teórica os estudos da teoria histórico-cultural de Vygotsky, a pesquisadora utilizou entrevista semiestruturada como método de coleta de informações acerca do processo de inclusão de um estudante com autismo na educação superior; Bandeira (2020) também utilizou em seu estudo a teoria histórico-cultural de Vygotsky, realizando entrevistas semiestruturadas com os participantes da pesquisa; Façanha (2020) realizou uma pesquisa do tipo exploratória descritiva, seus métodos de pesquisa direcionaram-na à uma pesquisa bibliográfica e para a coleta de informações adotou entrevista semidirigida, com roteiros semiestruturados para compreender como vinha ocorrendo a inclusão de discentes com TEA na Universidade Federal do Maranhão; Quando a pesquisa Quali-Quant, Olivati (2017) realizou em sua pesquisa uma coleta de dados com a Escala de Percepção do Suporte Social – EPSS e Escala de Avaliação de Traços Autístico – ATA as quais foram analisadas quantitativamente, ao aplicar o roteiro norteador de entrevista com os participantes, esta foi analisada de forma qualitativa, ambos instrumentos de pesquisa visam analisar como os estudantes com TEA percebem sua trajetória acadêmica, no contexto universitário.

A metodologia utilizada nas 2 Teses que também compõem o *corpus* diferencia-se em aspectos específicos de abordagem de pesquisa. Silva S. (2020) adotou a abordagem multimétodos, de natureza exploratória descritiva e de corte transversal. Sua pesquisa adotou a análise documental de dados do INEP, assim como uma análise qualitativa sobre informações coletadas por meio de questionários de entrevistas, nesse sentido, a pesquisa divide-se em dois estudos; Silva V. (2020) adotou um estudo de natureza qualitativa, com técnicas de análise de conteúdo. A pesquisa também se desdobrou em dois estudos, o primeiro partiu da análise de dados do INEP do ano de 2017 e o segundo estudo investigou a inclusão de estudantes com TEA em universidades Federais.

Artigo	Resultados	Considerações gerais
1	Análises e reflexões acerca do processo de inclusão na Educação Superior dos participantes, realizando apontamentos pertinentes quanto a questões didáticas (ensino-aprendizagem, avaliação etc.) além de questões sociais e econômicas que trouxeram prejuízos aos estudantes.	Foi possível identificar como um estudante com TEA percebeu a oferta de suporte social durante o percurso da graduação e da pós-graduação na universidade pública. Os resultados objetivos indicam que necessidades específicas apresentadas por esse público de estudantes talvez passem despercebidas por gestores e/ou professores do ensino superior, fato que pode levar a desistência do curso
2	Com a investigação pautada em estudos de casos reais, possibilitando o cruzamento desses casos e assim compreender a trajetória educacional dos participantes. O estudo revela a necessidade de qualificação formativa dos professores referente à inclusão de estudantes com TEA desde a Educação Básica ao Ensino Superior.	Constatou-se que a relação instituição de ensino-família existe, embora ainda seja preciso incentivá-la, o que, em geral, ocorre por parte da IES que oferece acompanhamento de uma assistente social e de uma psicóloga na busca pela inclusão plena do aluno com SA no meio acadêmico. Porém, para que o trabalho em conjunto aconteça, a divulgação do serviço deve ser feita de forma mais efetiva, tanto para os alunos como para as famílias e os professores da instituição.
3	A consultoria possibilitou focar em aspectos relacionados aos processos de avaliação, incluindo adequação linguística das questões, aceite de respostas orais, com apoio de solução no papel ou na lousa. Todo o processo mostrou-se determinante no uso de estratégias acessíveis para avaliar a aprendizagem do estudante com TEA.	No cenário em que tem sido notório o crescente aumento de números de estudante com necessidades educacionais nas universidades, é premente recomendar que as universidades brasileiras criem mecanismos a partir de apoio técnico, direcionado aos estudantes público-alvo da Educação Especial, bem como aos docentes envolvidos no processo de formação continuada, no exercício de transformar práticas pedagógicas em seu exercício docente.
4	Esclarece que a inserção desse grupo de pessoas na universidade perpassa por várias mudanças, desde as práticas educativas, vivências com outros grupos (estudantes e professores), podendo enfrentar com base no contexto desafios de cunho social, emocional, de vida independente, de autodefesa e principalmente a comunicação.	Foram identificadas pobres experiências interacionais durante o Ensino Básico, assim como em suas trajetórias acadêmicas na Educação Superior. A trajetória desses estudantes foi marcada por dificuldades com interação social, fatores socioemocionais e desafios acadêmicos. Os suportes oferecidos pelas instituições foram deficitários, tanto na identificação das necessidades educacionais quanto na proposição de estratégias facilitadoras que contribuíssem com o sucesso dos discentes na universidade.
5	A formação de professores universitários é pensada a partir do diário reflexivo, elucidando práticas reflexivas por parte dos docentes na promoção de uma prática educativa mais inclusiva e focada nos estudantes e suas necessidades. Focando em aspectos da comunicação no relacionamento entre professor e aluno, com o propósito de se estabelecer uma relação de confiança e aprendizado.	A reflexão a partir da prática pedagógica conduziu à compreensão de como a educação se constitui como um processo, e que o olhar aos ritmos próprios coaduna em um princípio de inclusão mais consolidados dos relacionamentos estabelecidos em sala de aula. Elucida-se a importância de tornar a educação superior mais dialógica e flexível, em favor do desenvolvimento profissional e pessoal de todos os estudantes.

6	Constata uma disparidade quanto ao número de matrículas de alunos com TEA referente ao ano de 2016, somando-se apenas 614 matrículas (independente da condição desta, sendo ativa ou não). Os autores elucidam que mesmo em face de várias leis e políticas que favoreçam o ingresso de alunos com deficiência no Ensino Superior, a quantidade desse público na academia ainda é exígua, correspondendo apenas a 0,43% do total de estudantes nos dados de 2016, sendo 0,005% autodeclarados com TEA.	Como aspectos que emergiram no estudo, identificou-se um duplo desafio no que consiste o acesso e a permanência de estudantes diagnosticados com TEA nas IES, sendo o primeiro voltado à marcadores sociais (econômicos, de raça, gênero), bem como a promulgação efetivação de políticas públicas e ações afirmativas.
7	O estudo contempla discussões acerca da dimensão linguística do TEA, suas dificuldades de escrita e compreensão textual no nível superior, elucidando que estas acarretam barreiras atitudinais quanto ao grupo que o cerca, informacionais e pedagógicas. Aponta propostas quanto a presença de um fonoaudiólogo educacional no Núcleo de acessibilidade.	O papel do Núcleo de Acessibilidade se mostra de fundamental importância para a permanência de estudantes diagnosticados com TEA. A atuação da Fonoaudiologia Educacional é de grande importância no processo de inclusão desses universitários. Foi possível concluir a necessidade de ações interdisciplinares que venham a promover debates na Educação Superior acerca do tema de inclusão que abranja toda a comunidade acadêmica.
8	Os resultados apontaram que, na adaptação à universidade os estudantes enfrentam dificuldades relacionadas ao estigma, ao desconhecimento do TEA por parte da comunidade acadêmica, além de dificuldades causadas pelas características próprias do TEA, como a sobrecarga sensorial e emocional. Os participantes relatam que suas maiores dificuldades são para obter adaptações didático-pedagógicas, mesmo em face da existência de núcleos com essa finalidade.	Medidas universais, disponíveis a todo o corpo acadêmico, com foco em promover a equidade, defender e valorizar a diversidade e educar a comunidade do campus fornecendo informações sobre o TEA são necessárias não apenas para a inclusão da pessoa com autismo, mas também para a construção de uma sociedade mais justa para todos. A necessidade de que as instituições de Ensino Superior invistam em capacitação docente e técnico-administrativo é essencial.
Dissertações	Resultados	Considerações gerais
9	Sob a percepção das interações professor/aluno e colegas de turma, destaca-se a importância das relações sociais, além de uma prática didática pensada para as singularidades que há em sala de aula, o que chama atenção a formação de professores(as) da Educação Superior para o trabalho com pessoas com deficiência sendo importante pensar acerca de políticas de formação continuada de professores universitários.	Constatou-se que a falta de conhecimento a respeito do autismo ainda é algo muito preocupante, tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior. As políticas públicas e ações afirmativas precisam ser revistas e pensadas a partir de quem faz a educação acontecer. A perspectiva de fomentar formação continuada para docentes da Educação Superior é essencial para estudantes diagnosticados com TEA.
10	Destacam a acessibilidade na Universidade elencando a barreira da informação como um dos principais aspectos complicadores, a falta de profissionais capacitados para as demandas específicas quanto à estudantes com deficiência. Indica a garantia de formação continuada, principalmente para docentes de instituições de ensino superior, contemplando os núcleos de apoio e que estes devem possuir uma equipe multiprofissional. Quanto à permanência dos estudantes com TEA diante das avaliações nas disciplinas de forma nivelada, destaca-se o despreparo dos professores ao não saberem lidar pedagogicamente com os alunos com TEA.	A permanência de estudantes com TEA na Universidade não se deu pelos suportes oferecidos pela IES, mas sim pelo predomínio esforço dos estudantes. O que caracteriza os obstáculos vivenciados pelos discentes diz respeito à comunicação com os docentes, e como é essencial a existência atuante de Núcleos de Apoio Especializado nas IES, com equipes multiprofissionais como psicólogos e fonoaudiólogos, no caso específico para estudantes com TEA.

11	No que consiste a escolha do curso, planejamento de carreira e futura inserção no mercado de trabalho, destaca-se que existem poucos programas e estudos sobre orientação profissional no Ensino Superior brasileiro, apontando a necessidade de haver essa orientação profissional para jovens em transição para a fase adulta os quais estão no TEA. Em virtude dos principais desafios, quatro dos cinco estudantes declaram doenças emocionais como ansiedade e quadros depressivos. Ao referir-se a programas, suporte e sugestões, é citado os Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais, aqui é contemplado o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidade Especiais – PPNE da UnB.	No contexto de vivências universitárias, foram narradas situações de solidão, de insatisfação com o curso, com docentes, com as amizades ou com a falta delas e com desconhecimento dos programas de apoio oriundos da universidade. Conclui-se que a falta de informação a respeito do universo TEA é deficitária em toda a comunidade acadêmica. A formação universitária para trabalhar com estudantes com autismo ainda se encontra em fase embrionária, e que estas partes muitas vezes carecem de um processo de sensibilidade, empatia e disponibilidade do professor em lidar com o discente.
12	Elucida-se os principais serviços oferecidos pela Diretoria de Acessibilidade - DACES, como atendimento e acompanhamento do serviço social e psicológico, trabalho de monitoria e processo de adequação curricular em parceria com o curso, o aluno e Pró-Reitoria de Ensino (Proen) e a DACES. Quanto aos discentes e docentes foi-se indagado a respeito do conhecimento legislativo da Lei Berenice Piana, o que levou a concluir a respeito da necessidade de sensibilização e disponibilização de informações para o corpo discente e docente. Verificou-se que os professores se relacionam com esses alunos de forma direta, sem ajuda de intermediários, da mesma forma que tratam os demais alunos	Vislumbra-se a importância da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que se constitui um marco no processo de inclusão de estudantes com autismo. Ressaltando que o primeiro registro de ingresso de discente com TEA na UFMA ocorreu somente após a publicação da referida Lei. Registra-se, também, carência de maiores conhecimentos, em relação ao TEA, por parte dos docentes dos estudantes com TEA, assim como sobre quais as singularidades do autismo e das necessidades educacionais específicas desse alunado, no tocante às adequações curriculares e/ou práticas pedagógicas inclusivas
Teses	Resultados	Considerações gerais
13	A pesquisa foi dividida em dois estudos. Estudo 1: foi realizado o mapeamento do perfil demográfico e socioeducacional dos estudantes com TEA do ensino superior brasileiro. Estudo 2: realizou análises quanto às condições de acessibilidade de estudantes com TEA no ensino superior a partir da percepção de estudantes com TEA, professores e gestores. Os resultados do estudo contemplaram: a) Acessibilidade para o estudante com Transtorno do Espectro Autista: com a palavra os Gestores Universitários; b) Ações do Núcleo junto aos Profissionais; c) Ações do Núcleo junto aos Estudantes com TEA; d) Ações do Núcleo junto à Comunidade; e) Acessibilidade para o estudante com Autismo: a perspectiva do Professor.	Constatou-se que há um crescente aumento de estudantes com TEA no Ensino Superior de 2011 a 2013, podendo ser atribuído à expansão de cursos de graduação e políticas públicas voltadas ao Ensino Superior. Dentre as políticas de ações afirmativas, a constituição dos Núcleos de Acessibilidade demonstra ser essencial para a eliminação de barreiras à acessibilidade desses estudantes. Ressalta-se a importância de as IES investirem recursos humanos e pedagógicos, bem como na formação docente. Da mesma forma, o docente universitário deve estar aberto a novos conhecimentos e se propor a uma docência inovadora e colaborativa.
14	A pesquisa foi dividida em dois estudos. Estudo 1: mapeamento dos estudantes com TEA nas universidades federais a partir dos microdados do censo da educação superior. Estudo 2: contemplou a inclusão de estudantes com TEA nas universidades federais a partir de suas trajetórias, acesso e permanência. Os resultados contemplam: a) Práticas institucionais para acesso e permanência de estudantes com TEA; b) Barreiras e facilitadores para o acesso e permanência dos discentes com autismo.	A relação das políticas educacionais para a Educação Especial e as políticas institucionais favorecerem o processo da inclusão (acesso e permanência) dos estudantes com TEA na educação superior, constatamos que ela ocorre mediante a articulação da instituição, no caso, dos núcleos de acessibilidade que são responsáveis diretamente pela implementação das políticas públicas, das políticas institucionais, orquestrando ações para o acesso e permanência de estudante com necessidade educacionais especiais.

Quadro 5- Resultados dos artigos selecionados.

(continua)

Fonte: elaboração própria

As produções científicas incluídas nesta análise foram realizadas por pesquisadores (as) da área da Saúde e da Educação, suas formações acadêmicas concentram-se em: Psicologia (7), Fonoaudiologia (4), Pedagogia (3), Biologia/Artes Plásticas (1), Medicina (1), Serviço Social (1), Secretariado Executivo (1) e Direito (1). Os referidos pesquisadores integram, como docentes e discentes, Programas de Pós-Graduação em áreas como Educação, Educação Especial, Psicologia e Estudos da Linguagem.

No que tange os participantes universitários diagnosticados com TEA das pesquisas em menção, a média de idade é de 25 anos, corroborando com a análise de Silva e colaboradores (2020), as quais observaram uma maior incidência de matrículas ativas dos estudantes com TEA na Educação Superior na faixa etária entre 20 e 27 anos.

Silva e colaboradores (2020) testificam que o acesso do público de estudantes com autismo à Educação Superior é mais tardio, tendo em vista as barreiras e dificuldades que são enfrentadas por estes em seu processo de inserção desde a Educação Básica, o que vem a refletir diretamente no adiamento do ingresso na ES.

Quanto às políticas públicas e programas de ações afirmativas inclusivas na Educação Superior, vislumbra-se os programas governamentais que exercem papéis facilitadores no processo de ingresso de estudantes público-alvo da Educação Especial na ES, sendo estes no ensino público ou no ensino privado (BRASIL, 2001, 2005).

Com o foco na Educação Superior, algumas iniciativas governamentais na concessão de bolsas, órgãos de fomento como o FIES e PROUNI, além de exames e portais que integrem e estimulem esse acesso à ES, como REUNI, SISU e ENEM em âmbito nacional. O programa INCLUIR propõe ações para garantir o pleno acesso de pessoas com deficiência em instituições federais de Educação Superior, por meio da consolidação de núcleos de acessibilidade nas unidades federais de ES, as quais correspondem pela organização de ações institucionais de garantir a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica. Estes são alguns exemplos de incentivos ao acesso a ES, entretanto, as políticas de inclusão necessitam ser avaliadas, melhoradas e ampliadas para tornarem-se mais efetivas (SILVA *et. al*, 2020; OLIVATI; LEITE, 2019).

Elucida-se que mesmo em face de várias leis, políticas públicas e programas voltados ao ingresso de estudantes com deficiência na Educação Superior, o quantitativo deste público nas IES ainda é exígua, correspondendo apenas a 0,43% do total de estudantes nos dados de 2016, sendo 0,005% autodeclarados com TEA (SILVA *et. al*, 2020).

O trabalho de Olivati e Leite (2017), desenvolvido em IES estaduais, exemplifica por meio da narrativa de um estudante pós-graduado com TEA a vivência desse discente na graduação e na pós-graduação, quanto à aspectos que circundam o ingresso, o Núcleo de Apoio/acessibilidade, permanência na Universidade, fatores socioemocionais, facilidades enfrentadas e dificuldades enfrentadas no processo. Foi possível identificar a partir dos resultados desse estudo a inexistência de programas de suporte, acessibilidade e permanência dos universitários com TEA, tal qual os núcleos de apoio, e quando estes

passaram a existir, o complicador se deu pela falta de divulgação adequada dos serviços oferecidos.

O que não ocorreu no trabalho de Silveira, Donida e Santana (2020), pois na ES em que a pesquisa foi desenvolvida, o assessoramento aos estudantes com TEA ocorre desde o momento da realização do vestibular, em que eles devem se identificar ao preencher o formulário de inscrição. O Núcleo de acessibilidade é uma das estratégias de ações afirmativas mais importantes para fomentar o acesso e a permanência na universidade, pois estes acompanham os estudantes público-alvo da Educação Especial por meio de profissionais que avaliam as necessidades, realizam orientações aos cursos e docentes, assim como orientam e encaminham os estudantes para outros serviços de atendimento especializado quando necessário.

As pesquisas que compõe o *corpus* deste trabalho reforçam a primazia de haver políticas públicas institucionais que apoiem a inclusão desde o acesso, ingresso e permanência, a fim de garantir, de fato, perspectivas de acessibilidade pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas, de informações e serviços à estudantes com deficiência, aqui em específico, estudantes com TEA nas universidades. Ao passo que se inicia o processo de incluir estudantes com deficiência nas IES, há a necessidade de contemplar uma rede de suporte para a permanência e desenvolvimento acadêmico e social exitosos, tendo em mente que deve haver adequações para o atendimento em todos os âmbitos e serviços na Educação Superior (LARA; SEBASTIÁN-HEREDERO, 2020).

A pesquisa de Olivati e Leite (2019), a qual realizou seu estudo com seis estudantes universitários diagnosticados com TEA de uma universidade pública, traz relatos pertinentes quanto às categorias que englobam em específico: 1- Adaptações realizadas durante o processo seletivo; 2- Condições de acessibilidade na Graduação; 3- Adaptações no processo de ensino e aprendizagem; 4- Fatores relacionados à permanência e à conclusão do curso.

Quanto ao suporte oferecido pela instituição, os estudantes da referida pesquisa declaram que da universidade, não partiu nenhum tipo de assessoramento, e quando houve, foi de uma equipe externa à instituição universitária, mas que o apoio se esgotou apenas no plano teórico. Em IES privadas, não se identificou núcleos de acessibilidade e inclusão acadêmica, no entanto, a pesquisa de Fischer (2019) contemplou a iniciativa de um docente da ES do curso de Ciências Biológicas e Psicologia, o qual não possuía formação em Educação Especial, mas foi em busca de estratégias inclusivas para tornar sua prática pedagógica mais reflexiva e pautada na inclusão e no atendimento às singularidades dos estudantes com TEA.

A dissertação de Carvalho (2017), apresenta o Projeto de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PROINES), sendo um projeto de ação afirmativa no processo de inclusão de estudantes com deficiência. A partir da proposta do PROINES, torna-se possível identificar as principais dificuldades encontradas pelos docentes no processo de

ensino junto aos estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE). A partir deste projeto há a assessoria aos docentes quanto ao relacionamento e às abordagens a serem desenvolvidas estudantes com deficiência. O processo de acompanhamento do estudante, nesse caso com TEA, é contínuo durante todo o seu percurso formativo na instituição.

A IES investigada por Bandeira (2020) contempla o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE) sendo uma política institucional que atende às pessoas com necessidades educacionais específicas, assegurando sua inclusão por meio do assessoramento direto com os discentes por meio de tutorias e docentes da instituição. Para além deste programa, a instituição dispõe de um Laboratório de Tecnologia Assistiva para o amplo uso dos estudantes com deficiência.

Façanha (2020) trouxe como um dos resultados de sua pesquisa a narrativa dos profissionais da Diretoria de Acessibilidade (DACES) da universidade investigada, contemplando aspectos pertinentes quanto ao ingresso de discentes com TEA, suas necessidades educacionais específicas, bem como qual atendimento educacional especializado é disponibilizado pelo DACES aos discentes com TEA, neste sentido a Diretoria oferece atendimento psicológico, por monitoria, adequação curricular. A pesquisadora ressalta, a partir da fala dos entrevistados, que esses serviços são pouco solicitados, tanto pelos discentes com TEA, quanto por seus docentes. Nesse sentido, é de suma importância que o DACES adote uma postura mais proativa, monitorando de perto a permanência dos discentes, com o propósito de se aproximar destes e identificar suas necessidades educacionais específicas.

Olivati (2017) em seus principais resultados, apresenta proposições acerca da Acessibilidade na Universidade, elencando a partir da fala dos entrevistados que os núcleos de acessibilidade e apoio deveriam contemplar uma equipe multidisciplinar, composta por pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, dentre outros profissionais. Segundo a entrevista dos estudantes com TEA, a falta de profissionais capacitados para a identificação de suas demandas específicas mostra-se um complicador no processo de inclusão na ES.

A tese de Silva S. (2020) foi marcada por sua amplitude ao contemplar em sua pesquisa 10 instituições de Educação Superior sendo estas públicas e privadas. Fizeram parte da pesquisa: 10 gestores de núcleos de acessibilidade; 10 professores com experiência de docência com estudantes com autismo e 10 estudantes com TEA. Dentre as IES pesquisadas, nove delas oferecem tutores/estagiários/bolsistas de apoio ao estudante, orientação aos professores para adequação nas atividades pedagógicas e modificação curricular para atender as necessidades educacionais dos estudantes com TEA. Diante das análises feitas pela pesquisadora, os resultados mostraram que os facilitadores atrelados às ações dos Núcleos são prioritariamente metodológicos, seguidos dos Atitudinais, Comunicacionais, Instrumentais e de Recursos Humanos. As barreiras de recursos humanos foram evidenciadas no tocante à falta de equipe interdisciplinar e à

pequena quantidade de profissionais no núcleo de acessibilidade.

Com a premissa de debruçar em sua análise acerca das políticas e práticas institucionais de acesso e permanência destinadas aos estudantes com TEA, Silva V. (2020) elucida que o núcleo de acessibilidade se constitui um recurso imprescindível para que os estudantes com deficiência exerçam o seu direito e tenham condições de ingressar, permanecer e concluir o curso de graduação de forma exitosa. Compreendendo a grande importância dos núcleos de acessibilidade, a pesquisadora, no entanto, deixa claro que estes não podem ser vistos como únicos articuladores para o desenvolvimento de instituições mais inclusivas. Em suas considerações, Silva V. (2020) contempla que a relação entre as políticas educacionais para a Educação Especial e as políticas institucionais favorecem o processo de inclusão (acesso e permanência) dos estudantes com TEA na Educação Superior, a partir disto, é possível constatar que ela ocorre mediante a articulação da instituição, neste caso, representada pelos núcleos de acessibilidade que são responsáveis diretamente pela implementação das políticas públicas, das políticas institucionais, orquestrando ações para o acesso e permanência.

No que permeia às adaptações didático-pedagógicas e o conhecimento do professor como recurso de adaptação, a pesquisa de Aguilar e Rauli (2020) a qual foi realizada com sete estudantes com TEA na ES, elucida falas que refletem uma necessidade de formação continuada específica para os docentes, para que estes compreendam as singularidades dos estudantes, principalmente de estudantes com TEA. Nesse sentido, considera-se que a formação e a atuação dos professores têm relação direta com o processo de inclusão acadêmica dos discentes com autismo.

A pesquisa de Donatti e Capellini (2018) faz menção a partir da narrativa dos docentes a respeito da necessidade de estratégias institucionais que sejam inclusivas. Ao final do processo desenvolvido na pesquisa, caracterizado por Consultoria Colaborativa, os referidos docentes avaliaram o quão fundamental foi o uso de estratégias para acompanhar e avaliar a aprendizagem do estudante com TEA, haja vista que a inexistência desse acompanhamento pode levar frustrações e insucesso, levando os estudantes ao abandono de sua trajetória acadêmica.

Ao que se refere às ações pautadas na formação de professores e sua função primordial para a promoção de acessibilidade pedagógica de estudantes com TEA, todos os estudos vislumbraram a necessidade de formação continuada para professores da Educação Superior, tendo em mente uma formação que (des)estruture noções de normalidade, valorizando uma pluralidade de perspectivas e modos de ser e colocar as pessoas com deficiência, as quais são agentes fundamentais em contraposição à formação tradicional que por vezes reforça a normalização da deficiência. A perspectiva formativa de docentes universitários é essencial quando se pensa em práticas de ações afirmativas para o processo de inclusão na ES.

A pesquisa de Carvalho (2017) contempla, em específico, a formação de professores

da Educação Superior com vistas à inclusão de estudantes com autismo, nos relatos dos docentes entrevistados torna-se explícito a consciência dos docentes quanto à sua formação docente, no entanto, demonstram em suas narrativas os complicadores quanto às condições de trabalho, falta de suporte institucional, além do fato de que o contexto de sala de aula é um espaço de diversidade e que de fato somente a formação docente não atende a todo esse universo, para além disso, há legislações que muitas vezes não consideram a diversidade, sendo pensada para um aluno “padrão”, inserindo-se em padrões de normalidade.

Os resultados obtidos pelas pesquisas desenvolvidas nos artigos (OLIVATI; LEITE, 2017; COSTA; MARIN, 2017; DONATI; CAPELLINI, 2018; OLIVATI; LEITE, 2019; FISCHER, 2019; SILVA et al 2020; SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020; AGUILAR; RAULI, 2020), fizeram emergir as barreiras presentes no processo de inclusão acadêmica e por conseguinte, sua formação na universidade enquanto estudante com TEA.

Barreiras	
a) fatores acadêmicos	Inexistência de núcleos de apoio ou falta de divulgação adequada dos serviços oferecidos; dificuldades na adaptação didática da Educação Superior (avaliação, dinâmica de aulas, relação professor-aluno) (OLIVATI; LEITE, 2017), prejuízos na linguagem, na comunicação, na leitura e escrita (COSTA; MARIN, 2017; SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020), rigidez e inflexibilidade cognitiva, dificuldade em manter o foco na tarefa e em raciocínio abstrato (DONATI; CAPELLINI, 2018), falta de profissionais capacitados, não ter adaptações curriculares e didáticas (OLIVATI; LEITE, 2019), aulas expositivas e excesso de informações (FISCHER, 2019), barreiras atitudinais (SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020; OLIVATI; LEITE, 2017; COSTA; MARIN, 2017; DONATI; CAPELLINI, 2018), invalidação por parte do professores acerca do diagnóstico de TEA do estudante, estigma (AGUILAR; RAULI, 2020).
b) fatores ambientais	Dificuldade em orientação espacial (DONATI; CAPELLINI, 2018), campus não é acessível (OLIVATI; LEITE, 2019).
c) fatores sociais	Dificuldade em iniciar e manter uma conversação, baixo índice de suporte social, dificuldade na interação social, déficit significativo em habilidades sociais (OLIVATI; LEITE, 2017; DONATI; CAPELLINI, 2018; OLIVATI; LEITE, 2019), dificuldade de falar em público, resistência em sair da rotina e resistência às mudanças. Quando a participação da família excede, tornando-se em cobranças, isto pode atrapalhar o estudante ao invés de ajudar (COSTA; MARIN, 2017; SILVA S., 2020), dificuldade de planejamento e resolução de problemas (DONATI; CAPELLINI, 2018; AGUILAR; RAULI, 2020), não ter empatia (OLIVATI; LEITE, 2019), interseccionalidade de gênero, classe, etnia, econômica e como pessoa com deficiência (SILVA et al 2020).
d) bem-estar	Angústia gerada devido à dificuldade em permanecer na universidade, pensamentos de suicídio, ansiedade, depressão (OLIVATI; LEITE, 2017; OLIVATI; LEITE, 2019), não se sentir à vontade em falar a respeito de seu diagnóstico, baixa resistência à frustração (COSTA; MARIN, 2017; OLIVATI; LEITE, 2019), manter-se afastado e reservado, caracterizando uma pessoa “fechada” (DONATI; CAPELLINI, 2018), Bullying, diagnóstico tardio (OLIVATI; LEITE, 2019), incapacidade de processar informações sensoriais (FISCHER, 2019), acompanhamento com psicólogo e fonoaudiólogo (DONATI; CAPELLINI, 2018; SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020), sentimento de ser “anormal” e “incapaz” (SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020).

e) comunicação e compreensão	Falta de sensibilização e conhecimento quanto ao TEA; falta de formação didática frente ao estudante com TEA, dificuldade na comunicação (OLIVATI; LEITE, 2017), não olhar nos olhos quando se comunica (COSTA; MARIN, 2017), barreira informacional na instituição de Educação Superior (OLIVATI; LEITE, 2019), capacitismo (FISCHER, 2019; SILVA et al 2020), insegurança e bloqueio comunicativo (SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020).
-------------------------------------	--

Quadro 6- Síntese das barreiras encontradas nos *corpus* da pesquisa.

(continua)

Fonte: elaboração própria

Diante das barreiras mencionadas acima, foram pensadas e sugeridas pelas pesquisas mencionadas proposições para superar os obstáculos identificados e delinear ações e estratégias facilitadoras com base nas necessidades dos estudantes com TEA, tais como:

Ações e estratégias	
a) fatores acadêmicos	Modificações curriculares e didático-pedagógicas, equipe multifuncional no Núcleo de acessibilidade, tempo prolongado de exames, explicação individual, avaliação diversificada, acessibilidade de informações, capacitação formativa do corpo docente e técnico-administrativo (AGUILAR; RAULI, 2020; FISCHER, 2019; SILVA S., 2020), divulgação de serviços de acessibilidade e inclusão acadêmica para discentes, suas famílias e professores da instituição (COSTA; MARIN, 2017), ações indisciplinares que promovam debates na Educação Superior acerca da inclusão de discentes com TEA e mais público-alvo da Educação Especial, contemplando toda a comunidade acadêmica (SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020).
b) fatores sociais	Oferta de suporte social (prático e emocional); (OLIVATI; LEITE, 2017; SILVA S., 2020).
c) bem-estar	Necessidade de compreender aspectos que constituem a neurodiversidade e lançar mão de estratégias que minimizem estressores que causem ansiedade, crises e desconforto no estudante com TEA (FISCHER, 2019; COSTA; MARIN, 2017);
d) Envolvimento dos profissionais	Necessidade de apoio técnico aos estudantes (DONATI; CAPELLINI, 2018), relação instituição de ensino-família (COSTA; MARIN, 2017).

Quadro 7- Síntese das ações e estratégias facilitadoras encontradas nos *corpus* da pesquisa.

Fonte: elaboração própria

É possível afirmar, de acordo com os resultados desta pesquisa, que a articulação entre os órgãos internos e externos das universidades de Educação Superior frente ao desenvolvimento e progressão de estudantes com deficiência, em específico, estudantes com autismo ainda é desintegrada e sem grandes articulações. A proposição de integração entre universidades e a educação básica, em especial escolas de Ensino Médio, também se mostra substancial para o auxílio e planejamento da transição para estudantes com deficiência no neurodesenvolvimento (SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020; BANDEIRA, 2020).

Nessa perspectiva, é de grande relevância lançar o nosso olhar aos aspectos que englobam as necessidades individuais dos estudantes, como por exemplo, gênero, idade, condições socioeconômicas e socioemocionais, para que se tenha um olhar interseccional quanto ao processo de inclusão e de desenvolvimento de políticas públicas inclusivas. Pois acredita-se que a deficiência deva ser categoria de análise transversal quanto a sua completude para futuras ações.

Por fim, Sila S. (2020, p. 195) sintetiza em sua análise direcionamentos para a efetivação da inclusão acadêmica de estudantes com autismo na Educação Superior as quais esta pesquisa corrobora:

- 1) Maior investimento governamental e das IES voltados à acessibilidade;
- 2) Melhores condições de trabalho aos professores;
- 3) Romper com o capacitismo presente no contexto acadêmico;
- 4) Romper com normocentrismo nos currículos e práticas tanto dos docentes como dos Núcleos;
- 5) Investir na formação do corpo acadêmico em geral;
- 6) Promover maior diálogo entre o estudante com autismo e os docentes;
- 7) Voltar os olhos para a "pessoa" e sua experiência interseccional de seus diferentes marcadores identitários e não só para a deficiência. Destaca-se duas premissas importantes que devem ser consideradas nesse processo: 1) A acessibilidade atitudinal perpassa todas as outras formas de acessibilidade, portanto, deve ser a primeira a ser investida e fortalecida em todos os segmentos acadêmicos; 2) A condição de acessibilidade adequada para responder às especificidades do estudante com autismo só é possível com a participação efetiva dele (a) (Sila, 2020, p. 195).

Reafirma-se, desta forma, a completude de pautar a acessibilidade numa perspectiva dialógica, construída com a participação dos estudantes envolvidos e por meio da articulação direta entre professores(as)/gestores(as)/colegas de turma/funcionários técnicos e terceirizados, ou seja, comunidade acadêmica e sociedade como um todo, para que a inclusão venha a ocorrer tanto nos espaços acadêmicos quanto na discussão e construção de políticas públicas inclusivas e ações afirmativas diretas, rompendo com a lógica de programas e ações afirmativas e programas institucionais estanques e com fim em si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão, culminou em trabalhos que discutem questões ligadas ao desenvolvimento de Instituições de Educação Superior mais inclusivas e articuladas no que permeia o acesso e a permanência de estudantes com TEA, tendo seus aspectos ligados aos setores que articulam esse ideário, como os Núcleos de Acessibilidade enquanto política de ação afirmativa. Para além disso, trouxe vários outros desafios que integram essa proposição, como barreiras pedagógicas, sociais, de informação e de assistência e apoio das IES investigadas.

A partir do mapeamento realizado, foi possível identificar ações de diferentes

regiões do Brasil pautas em desenvolver canais que subsidiem instituições mais inclusivas e pautadas em princípios de equidade. O Programa Incluir, torna-se exemplo quando se pretende identificar o compromisso do Poder Público para tornar o ambiente da Educação Superior mais inclusivo. O referido programa contribuiu de forma substancial para a democratização do acesso e no rompimento de barreiras na Educação Superior, no entanto, mesmo em face da existência e atuação de Núcleos de Acessibilidade, ainda há desafios relacionados ao investimento em recursos materiais e humanos para garantir a igualdade de oportunidade a todos (as).

Revelou-se com os resultados oriundos deste estudo o protagonismo dos Núcleos de acessibilidade enquanto efetivação nos processo de inclusão na Educação Superior brasileira, no entanto, algumas pesquisas demonstraram que não há uma política comum que rege o funcionamento e ações dos núcleos, assim como os serviços que estes devem fornecer, deixando a possibilidade de atuação confusa e por vezes ampla demais, conduzindo a atuação dos núcleos a assumirem tarefas de outros setores ao invés de articular o preparo destes setores para o atendimento de estudantes com deficiência, neste caso com TEA.

Ademais, cumpre evidenciar que as legislações e ações governamentais perpassam pela cultura política vigente, bem como o grau de organização da sociedade, podendo ter avanços ou retrocessos na garantia de direitos da pessoa com deficiência. Desta maneira, considera que este estudo trará contribuições acerca do panorama que circunda a inclusão de estudantes universitários com TEA no Brasil, assim como um olhar frente aos Núcleos de acessibilidade.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Claudia Paola Carrasco; RAULI, Patrícia Forte. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. *Revista Educação Especial*, v. 33, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313162288042/html/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM -5- TR*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BANDEIRA, Luana Lopes. *Olhar de discentes com TEA e de seus docentes sobre o processo de inclusão na UNB*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação/ Mobilidade Profissional) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39225>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 03 nov. 2021.

BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, 07/07/2015, p. 2.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29/12/16, p. 3.

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior*. Brasília: MEC/SECADI/SESu, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior e Secretaria de Educação Especial. Política de acessibilidade plena de pessoas com deficiência na educação superior. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p.39-40, maio de 2008.

CAMALIONTE, Daniele de Oliveira; KONDO, Letícia; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado. Estudantes do ensino superior com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa da literatura brasileira. *Revista Educação Especial*, v. 34, p. 26-1-24, 2021.

CARVALHO, Dulcimar Lopes. *A trajetória de inclusão de um estudante com autismo, da educação básica à educação superior*: desafios e possibilidades. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, 2017.

COSTA, Angélica; MARIN, Angela Helena. Processo de inclusão do adulto com Síndrome de Asperger no ensino superior. *Barbarói*, p. 258-285, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/6355>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DONATI, Grace Cristina Ferreira; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Consultoria colaborativa no Ensino Superior, tendo por foco um estudante com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 13, n. 2, p. 1459-1470, 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/6355>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FAÇANHA, Letícia Helena do Vale. *Inclusão de discentes com o transtorno do espectro autista na Universidade Federal do Maranhão*. 2020. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão/Campus Dom Delgado, Maranhão, 2020.

FISCHER, Marta Luciane. Tem um Estudante Autista na minha Turma! E Agora? O Diário Reflexivo Promovendo a Sustentabilidade Profissional no Desenvolvimento de Oportunidades Pedagógicas para Inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, p. 535-552, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/rjbee/a/vK7pNwWcns9pHxtvVB8RMh/?lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2022.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

GALVÃO, Tais Freire, PANSANI, Thais de Souza Andrade e HARRAD, David. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação Prisma. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24, p. 335-342, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002. KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Uma breve história da educação das pessoas com deficiências no Brasil. *Escolarização de Alunos com Deficiências: desafios e possibilidades*. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

LARA, Patrícia Tanganelli; SEBASTIÃO-HEREDERO, Eladio. Organização do acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da instauração do Programa INCLUIR. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 24, n. esp2, p. 1137-1164, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14337>. Acesso em: 01 mai. 2022.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto-enfermagem*, v. 17, p. 758-764, 2008.

OLIVATI, Ana Gabriela. *Percepção do suporte social e trajetória acadêmica de estudantes com transtornos do espectro autista em uma universidade pública*. Dissertação (Mestrado). 2017.

OLIVATI, Ana Gabriela; LEITE, Lucia Pereira. Experiências Acadêmicas de Estudantes Universitários com Transtornos do Espectro Autista: uma Análise Interpretativa dos Relatos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, p. 729-746, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/lj/rbee/a/N3sgZJb7wNHpVHv7LYkGvwL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2022.

OLIVATI, Ana Gabriela; LEITE, Lúcia Pereira. Trajetória acadêmica de um pós-graduando com transtorno do espectro autista. *Psicologia em Estudo*, v. 22, n. 4, p. 609-621, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/37665>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, Solange Cristina da et al. Estudantes com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior: analisando dados do INEP. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/lj/pee/a/fvzHNXfHzkFcPTMkcY9gPxd/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SILVA, Solange Cristina da. *Acessibilidade para estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2020.

SILVA, Vanessa Caroline da. *O estudante com Transtorno do Espectro Autista nas Universidades brasileiras*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2020.

SILVEIRA, Patrícia Tusset da; DONIDA, Lais Oliva; SANTANA, Ana Paula. Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas. Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 25, p. 659-675, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/lj/aval/a/TH57DrKJHRCHqksd3SfDLD/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 18 jan. 2022.